NOTA DO FEESP

“NA DEFESA DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE PARA O ATENDIMENTO DIGNO À POPULAÇÃO E CONTRA O DESMONTE PROPOSTO NA REFORMA ADMINISTRATIVA”

Em qualquer sociedade os serviços públicos são de extrema necessidade para a garantia de direitos aos seus cidadãos, possibilitando uma organização social mais justa onde seus benefícios são compartilhados entre todos que compõem e constroem tal sociedade.

Não é difícil chegar à conclusão de que em uma sociedade com mais serviços públicos, onde é disseminado o acesso a bens e serviços básicos de qualidade, como educação, saúde e segurança pública, garante não só o bem estar da população, mas um ambiente propício para um maior desenvolvimento social e econômico.

Apesar disso, há uma onda de desvalorização do serviço público no território brasileiro, utilizando-se de diversas falácias a fim de desmontar as políticas públicas sociais que precisam ser fortalecidas. Entre essas falácias temos o discurso de que o setor público é inchado, discurso este repetido cotidianamente por diversas figuras públicas e veículos de imprensa. Não seria necessária nenhuma pesquisa para provar que isso não é verdade, é só olharmos para escolas públicas e analisarmos se elas estão inchadas ou com falta de professores? Ou se os hospitais possuem o número de médicos suficientes para atender a população? Ou ainda, como está a segurança no seu bairro?

Ao responder a essas perguntas a maioria dos brasileiros chegariam à conclusão de que o Estado está “magrinho”, “subnutrido”, e não inchado. E mesmo nessa condição, consegue fazer muito pela população, como podemos observar no grande empenho dos profissionais da saúde na linha de frente da luta contra o Covid, assim como os da educação, tanto na pesquisa em relação ao combate da doença, quanto ao se recriar nesse período para adaptar suas aulas ao ambiente online, mantendo nossos filhos estudando mesmo quando

os órgãos públicos não garantem as estruturas mínimas como internet e computadores de qualidade para que possam desempenhar essa função.

No entanto, aos descrentes, ainda há pesquisas que comprovam essa ausência do Estado brasileiro provendo serviços básicos. No estudo “Panorama das Administrações Públicas” de 2019, divulgado pela OCDE, é possível comparar o número de servidores em diversos países no mundo. Notamos, a partir dessa pesquisa, que em média os países desenvolvidos possuem 17,7% dos seus empregados no setor público, enquanto no Brasil, apenas 12,4% dos empregados estão no serviço público. Para se ter uma ideia mais ampla de quanto é pequeno esse número de servidores no Brasil, nos Estados Unidos, país conhecido pela sua tradição liberal e pela defesa de um Estado enxuto, 15,1% dos trabalhadores são servidores públicos.

Mesmo assim o governo federal propôs uma reforma administrativa, via PEC 32/2020, procurando desmontar o Regime Jurídico Único que regula a relação com os servidores públicos. Retirando a estabilidade dos servidores e os deixando expostos aos arbítrios de qualquer político eleito da vez que queira abusar do seu poder e pressioná-los a tomar atitudes indevidas para manter seu emprego. Tirando autonomia dos profissionais na sua atuação e passando essa autonomia a interesses que muitas vezes podem ser passageiros e particulares.

Também há a facilitação às terceirizações e privatizações de serviços públicos, ao permitir serviços cooperados com entidades privadas, onde poderá haver o compartilhamento de estrutura física e utilização de recursos humanos de particulares em detrimento ao servidor público, com ou sem contrapartida financeira.

É importante ressalvar outra falácia, pois, os defensores de tal Reforma Administrativa a defendem argumentando que ela acabará com privilégios. A PEC 32/2020 impacta de maneira muito mais leve os servidores de cargos típicos de Estado, que são, entre outros, procuradores, desembargadores, juízes, auditores fiscais, defensoria pública entre outros, que por sinal, são os cargos que possuem os maiores salários do setor público federal. Enquanto

isso, entre os afetados com perda de estabilidade, benefícios e direitos, quase 40% são profissionais da saúde e educação, 23,5% não recebem mais que dois salários-mínimos e a maior parte (53%) recebe quatro salários-mínimos.

Neste sentido, o Fórum de Educação do Estado de São Paulo conclama à população a defender o serviço público brasileiro de tal reforma e não só a isso, conclama a defender a ampliação e melhoria de tais serviços, garantindo carreiras atrativas, estruturas físicas de qualidade para o bom desempenho das suas funções, com políticas de incentivo a treinamento e capacitação ao servidor público entre outras melhorias.

Também conclama aos ocupantes das Casas Legislativas, Câmara Federal e Senado, enquanto representantes da população, a derrubarem esta Proposta de Emenda à Constituição, que não atende às reais necessidades da sociedade brasileira.

Ao Governador do Estado de São Paulo e a todos os Prefeitos dos Municípios Paulistas, o FEESP reivindica, em apoio às categorias profissionais e em defesa de um Estado forte, que atenda sua população com qualidade, com a imediata chamada dos profissionais através de concursos públicos, bem como a reposição dos quadros de carreira através de provimento efetivo.

Além disto, defendemos e propomos a criação de Comitê em Defesa do Serviço Público, congregando todas as entidades, movimentos, instituições, órgãos e cidadãos e cidadãs que defendem o serviço público como necessário para a garantia de direitos de todos e de todas.

São Paulo, 08 de dezembro de 2020.

FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO